



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

**CARLOS JESUS PEREIRA JACOMES DE SOUZA JÚNIOR**

**DE CORONELISMO, ENXADA E VOTO AO CORONELISMO ELETRÔNICO:  
A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
SOBRE O CAMPO POLÍTICO**

Brasília  
2019

**CARLOS JESUS PEREIRA JACOMES DE SOUZA JÚNIOR**

**DE CORONELISMO, ENXADA E VOTO AO CORONELISMO ELETRÔNICO:  
A INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO  
SOBRE O CAMPO POLÍTICO**

Monografia apresentada ao Instituto de  
Ciência Política da Universidade de  
Brasília (UnB), para obtenção do título  
de bacharel em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Aparecido  
Trindade

Brasília  
2019

## **RESUMO**

Esta monografia busca analisar a transição do conceito de coronelismo, de Victor Nunes Leal (1997), para o coronelismo eletrônico, tratado por Suzy Santos e Sérgio Capparelli (2005). Por meio de da revisão bibliográfica relativa aos dois conceitos, pretende-se analisar as principais características do coronelismo que foram perpetuadas após o fim do regime militar, motivadas, sobretudo, pela inserção dos meios de comunicação. Conforme será apresentado, essa foi uma mudança crucial para a manutenção do poder dos coronéis no controle das máquinas públicas.

**Palavras-chave:** Coronelismo. Coronelismo eletrônico. Meios de comunicação. Lideranças políticas.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>CAPÍTULO I. CONCEITUANDO CORONELISMO A PARTIR DE VICTOR NUNES LEAL.....</b>	<b>7</b>
	<b>2.1 Aspectos políticos do conceito .....</b>	<b>7</b>
	<b>2.2 Aspectos econômicos e sociais abordados no debate.....</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>CAPÍTULO II. CORONELISMO ELETRÔNICO .....</b>	<b>12</b>
	<b>3.1 Mídia como poder político.....</b>	<b>13</b>
	<b>3.2 Mídia privada como principal meio de informação.....</b>	<b>14</b>
	<b>3.3 Adversidades que podem inviabilizar mudanças no cenário .....</b>	<b>15</b>
<b>4</b>	<b>CAPÍTULO III. MATRIZES DO CORONELISMO ELETRÔNICO NO ESPECTRO ELEITORAL.....</b>	<b>17</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>21</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O coronelismo eletrônico é um conceito que começou a ser usado no Brasil na segunda metade do século XX, após o crescimento dos centros urbanos e do avanço da tecnologia de radiodifusão. Dentre outras razões, foi resultado da decisão impetrada pela União na década de 30<sup>1</sup>, que constituiu o modelo de outorga para empresas privadas, incluindo a concessão dos serviços públicos de rádio e televisão. Além disso, outra variante importante para o surgimento do conceito foi a centralidade gradativa do campo midiático na política brasileira durante os anos da ditadura militar, entre 1964 e 1985 (LIMA, 2007).

O termo é uma evolução do coronelismo clássico, utilizado por Victor Nunes Leal, para explicar a relação de parcerias estabelecidas entre os donos de terras e os agentes públicos que ascendiam politicamente à época. Em vista disso, o coronelismo, a partir de Victor Nunes Leal é “[...] sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais” (LEAL, 1997, p. 23). Desse modo, Leal trouxe a relação entre os senhores de terras e os coronéis como uma lógica de fortalecimento de uma relação de barganha entre ambos, na tentativa de consolidar o “toma lá dá cá” entre os interesses públicos-privados à época.

Dessa forma, os detentores de poder, acompanhando o avanço da tecnologia e os novos meios de comunicação, passaram a utilizar novas formas de dominação. Esse movimento tem como exemplo nomes conhecidos da política brasileira, como as famílias Sarney, no Maranhão; a Jereissati, no Ceará; a Collor, em Alagoas; e a Magalhães, na Bahia. Elas mostram que a capacidade de influência da comunicação na política é evidente e precisa, para além de ser estudada, reavaliada.

Desse modo, esta monografia analisará as mudanças no campo político brasileiro que foram responsáveis pela transição do coronelismo para o coronelismo eletrônico, motivadas, sobretudo, pelo avanço do uso dos meios de comunicação. No primeiro capítulo, será abordado o conceito de coronelismo a partir de *Coronelismo, Enxada e Voto* (1997), obra clássica de Victor Nunes Leal, que narra a parceria do Estado com os

---

<sup>1</sup> Nesse período, após a revolução de 1930, que colocou Getúlio Vargas na presidência da República, a decisão referente às outorgas de radiodifusão foi proferida pelo Poder Executivo, sob seu comando.

donos de terras para fortalecimento dos coronéis na política. O conceito será tratado por meio dos seus aspectos políticos, econômicos e sociais.

O segundo capítulo foca no surgimento do coronelismo eletrônico, motivado pelo abandono populacional da zona rural e crescimento das grandes cidades, aliado ao avanço tecnológico. Nesse período, os coronéis passaram a deter os veículos de comunicação e utilizá-los como mecanismos de perpetuação de seu poder de dominação. De acordo com Santos (2005), entre outras consequências, o coronelismo eletrônico gerou uma rede de influências entre o poder público e o poder privado dos comandantes locais, aliado aos proprietários de meios de comunicação. Tal influência, segundo Miguel (2002), foi fundamental para fortalecer a formação do capital político.

Para apresentar uma proximidade do conceito abordado nesta monografia para com a realidade política do Brasil, o terceiro capítulo retrata exemplos de atores políticos que tiveram suas realidades políticas estudadas por especialistas ou relatadas em reportagens com repercussões a nível nacional. Isso acaba por sustentar a tese de que parlamentares ligados a grupos de comunicações usam os meios como barganha política, reforçando a discussão abordada no segundo capítulo, em que os capitais políticos são formados por meio dessas relações. Utilizando dados de reportagens de 2014 e 2019, foi possível identificar a reeleição de atores políticos ligados a grupos de comunicações em estados como Pará, Alagoas e Maranhão, onde habitam figuras políticas popularmente conhecidas no cenário político brasileiro.

O objetivo do presente trabalho de transacionar o conceito clássico ao coronelismo eletrônico foi endossado pelos conchaves políticos mantidos por famílias da elite no Brasil, seja no momento pós-revolução de 1930, em que o coronelismo estava reafirmado a partir dos grandes proprietários rurais, seja no momento pós-ditatorial, em que as concessões de rádio e TV passaram a fazer parte das negociações políticas, visto a influência que exerciam na decisão eleitoral.

Por fim, para que fosse possível a realização desta monografia, foi elaborada uma revisão bibliográfica na plataforma digital da Biblioteca Central da UnB, buscando as palavras chaves “coronelismo” e “coronelismo eletrônico” para seleção dos textos que traziam a discussão conceitual dos dois termos, bem como a discussão prática da aplicação do coronelismo eletrônico no cenário político brasileiro.

## 2 CAPÍTULO I. CONCEITUANDO CORONELISMO A PARTIR DE VICTOR NUNES LEAL

O conceito de “coronelismo” abordado por Victor Nunes Leal em *Coronelismo, Enxada e Voto* (1997), estabelece uma relação bastante contundente do vínculo dos antigos “coronéis” para com o eleitorado, atrelado à estrutura agrária em que se encontrava o Brasil à época. A melhor maneira de definir o conceito pode ser simplificando-o na influência existente entre os “coronéis” e o poder público, que, pela mera carência de conhecimento e dificuldade de articulação dos grandes proprietários de terras que habitam as localidades, davam ênfase na figura desses agentes políticos, que passaram a dominar a política nos mais distintos municípios brasileiros.

A capacidade de barganha e de manutenção do poder público a nível estadual e federal em torno da figura do coronel foram caracterizadas por Leal como mecanismos importantes para o crescimento do “coronelismo” e da reconfiguração do *modus operandi* de fazer política municipal. A relação de manutenção do poder do Coronel é firmada, sobretudo, no compromisso estabelecido entre o governo do estado e o representante municipal na concessão de controle dos cargos públicos do estado no município, em órgãos como escolas, delegacias e instituições estaduais, em troca de apoio em processos eleitorais futuros (LEAL, 1997). Segundo o autor:

[...] o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 23).

### 2.1 Aspectos políticos do conceito

A capacidade de percepção das inconsistências no processo de representação política no Brasil veio por meio da análise conceitual após as eleições de 1945. Com a redemocratização e instalação de uma nova constituinte, que dentre as principais mudanças assegurou a todas as mulheres o direito ao voto (LEAL, 1997), a capacidade de cancelar o apoio forçado de trabalhadores rurais analfabetos, ou semianalfabetos, com problemas de assistência médica e com pequeno grau de informação, deixava-se a marca do coronelismo à época. Leal (1997) não culpabiliza só a estrutura agrária

brasileira. Em uma análise pós revolução de 1930<sup>2</sup>, é possível identificar que ao decorrer da industrialização de municípios maiores, o coronelismo reverbera-se diante da estrutura que envolve o mercado privado (LEAL, 1997).

Já Fabíola Mendonça e Edgard Rebouças, em seu artigo *Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder* (2009), ao reconhecerem a perpetuação do domínio político e eleitoral nas mãos dos donos das terras que operam o sistema coronelista, enxergavam como um fato preocupante a estrutura e o sistema que colocavam as relações de poder a partir dos municípios. Segundo eles “[...] tal realidade forçava os líderes estaduais a se aliarem aos coronéis municipais, reproduzindo em nível local o que a Política dos Governadores, institucionalizada pelo então Presidente Campos Sales (1898/1902), representava em nível nacional” (MENDONÇA; REBOUÇAS, 2009, p. 10).

Ao fazer uma comparação entre municípios de pequeno e grande porte, é possível identificar, na perspectiva de Victor Nunes Leal (1997), a existência de uma concorrência entre o processo de industrialização e a estrutura agrária, que passou a dividir a empregabilidade da população, que em processo eleitoral, foram usadas como barganha para manutenção da atividade coronelista. Os municípios pequenos ainda tendem a abrigar práticas políticas que podem ser caracterizadas como coronelismo, visto que existe uma dificuldade maior de expansão dos meios de comunicação e transportes, que dificultam o contato entre o meio urbano e rural (LEAL, 1997).

Dialogando com a obra clássica, Martins, Moura e Imasato (2011), ao analisarem paradoxalmente o conceito trazido por Leal (1997) e a força política dos donos de terras, asseguram que:

[...] os fazendeiros só apresentam força em contraste com a grande massa que vive mesquinamente sob seu domínio. O fenômeno de poder/autoridade do coronel se assenta, portanto, em duas fraquezas que, reciprocamente, readquirem força: (1) a dos donos de terra, que recuperam prestígio e poder com o custo da submissão política ao partido dominante; e (2) a daqueles que vivem do trabalho na terra ao submeterem-se às alianças políticas do coronel. Nesse aspecto, os coronéis diferem daqueles poderosos e rebeldes senhores do período colonial que, baseados na força de um sistema escravista e patriarcal,

---

<sup>2</sup> A revolução de 1930, como aborda Luciano Martins (1980), foi iniciada, dentre muitos outros fatores, pela crise de 1929 nos Estados Unidos, que enfraquece a bolsa de Nova Iorque e reflete na diminuição massiva de compra de café brasileiro por países europeus e pelos Estados Unidos, afetando a venda da principal commodity comercializada pelo Brasil na época. A revolução mantém conflitos até a criação do Estado Novo, em 1937.



então no seu apogeu, eram o governo e a lei em seus domínios (MARTINS; MOURA; IMASATO, 2011, p.392).

Ibarê Dantas (1987), se insere no debate ao reafirmar, em seu livro *Coronelismo e dominação* que coronelismo foi visto como um fenômeno republicano. Com o início das relações entre os donos de terras e os libertos sendo classificadas como umas das características do império, o papel do imperador era crucial para a manutenção desse poderio, que atribuía estabilidade política ao sistema. Nesse sentido, observa-se uma cadeia de dominação sendo estabelecida com o poder das oligarquias legitimando a nível municipal a estrutura coronelista, a partir do apoio incondicional entre as partes, que abriam condições para a criação do poder extralegal dos coronéis (DANTAS, 1987, p. 20-25).

## **2.2 Aspectos econômicos e sociais abordados no debate**

Ao analisar aspectos econômicos que contribuíram para a ascensão dos coronéis e a validação do conceito em si, cabe destacar a estrutura agrária e a introdução da classe dominante na economia de exportação. As produções estavam a todo vapor e o poder aquisitivo dos grandes donos de terras dava a eles o aparato necessário para dominar o controle das cidades ao redor de suas propriedades. Na chegada da crise de 1929, os grandes produtores de café, especialmente no Vale do Paraíba, tiveram baixas na comercialização em razão da depressão que desestabilizou o mercado nos Estados Unidos e consequentemente em diversos países do mundo (FURTADO, 2005).

Na tentativa de minimizar os impactos da crise, o Estado passou a interferir na economia comprando excedentes do café, como analisado por Celso Furtado (2005), configurando uma nova política através de intervenções no mercado. Isso, de modo geral, não resolveu o problema como um todo, que não rondava só o Brasil à época, mas diversas potências que faziam parte do mercado de exportação. A ideia continuou sendo trabalhada após o convênio de Taubaté em 1906, no qual foram definidas as bases de valorização dos produtos, em que além da interferência estatal, far-se-ia necessário o desencorajamento dos Estados produtores na expansão de plantações, a fim de operar na diminuição dos danos causados pela baixa da exportação (FURTADO, 2005).

O impacto que o café trouxe para os grandes produtores à época carrega consigo um valor simbólico que sustenta a ascensão dos coronéis no Brasil a partir da decadência econômica dos grandes cafeicultores que exerciam influência considerável em decisões

à nível estadual e municipal, sobretudo nos municípios cujo desenvolvimento econômico dependia dos investimentos colocados por esses donos de terras.

É inegável que a crise do café encurtou o poderio econômico dos donos de terras em detrimento dos donos de bancos, donos de indústrias e empresários de bens de consumo. Ao mesmo tempo, é perceptível o aumento populacional nas cidades e, também, da população apta a votar, bem como a interconexão entre os centros urbanos e rurais, que pode ser proporcionado pela ascensão dos meios de comunicação e transportes. Tudo isso, na perspectiva brasileira, foi fundamental para a equalização social e econômica do coronelismo nos diversos estados brasileiros (LEAL, 1997).

O momento posterior à crise e o modelo político imposto pela nova república são importantes para entender o crescimento e a influência do apoio midiático e da infraestrutura amparada pela tecnologia que se desenvolveu ao longo dos anos, oferecendo, aos moldes dos coronéis, capacidade de formação da população como um todo. Em alguns municípios, ao analisar Leal (1997), é possível perceber dois tipos de efeitos: o positivo, em que a população ganhou uma nova maneira de receber informação, e o negativo, que posteriormente será discutido no segundo capítulo e tem relação com a manipulação da informação através desses avanços.

Partindo para a análise social, é notória a imposição proposta pelo aparelhamento e pela ineficácia da nova república, fortalecida com mudanças como o direito ao voto. Esse direito fez da democracia representativa um forte instrumento de controle através do exercício cidadão, como apresenta Ana Carolina Gonçalves Leite, em seu artigo: *Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil* (2014). Em sua obra, observa-se a intermediação dos donos de terras que detinham o controle da população na obtenção dos votos, mediante os acordos estabelecidos com o coronel local, em busca de apoio para manutenção do poder econômico associado ao aparato do Estado (LEITE, 2014).

Indo de encontro com a argumentação proposta neste capítulo, José Murilo de Carvalho em seu artigo: *Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual* (1997), concluiu que Leal (1997) buscou examinar o sistema, sua estrutura e a forma como se desenvolviam as relações de poder a partir do município, na Primeira República. Na visão de Carvalho (1997), A confluência de um fato político com uma conjuntura econômica deu origem ao coronelismo abordado por Leal (1997). A implementação do federalismo em substituição ao centralismo imperial deu constituiu o surgimento do

conceito em debate, com a configuração da figura do governador de estado com autonomia no poder. (CARVALHO, José Murilo, 1997).

Ao avaliar as percepções do autor e os aspectos deste subtema, é possível identificar que a decadência econômica dos fazendeiros é o ponto chave da análise econômica do conceito. Segundo ele, o poder político se via enfraquecido e dependente da estrutura do Estado, que cada vez mais aumentava sua influência em detrimento dos fazendeiros. Deste modo, fica avaliado o coronelismo como mudança do poder da mão do proprietário rural para o governo, fomentando o crescimento do poder estatal antes do “predomínio do coronel”. A Primeira República teve influência importante na transformação deste fenômeno (CARVALHO, 1997).

Partindo para os aspectos sociais que fortaleceram a ascensão dos Coronéis na conjuntura brasileira, Leal (1997), em seu clássico, trouxe informações que relacionam questões de sobrevivência e capacidade do indivíduo se tornar cidadão, através da dominação que os produtores rurais tinham sobre a classe menos favorecida.

A maneira pela qual Leal (1997) analisa o trabalhador rural, que sofre pela falta de instrução, de informação, com o analfabetismo ou semianalfabetismo e com problemas no atendimento à saúde, expõe a criação de uma margem para que os proprietários de terras que empregam pessoas nessa situação tentem suprir certas necessidades básicas, fazendo com que esses trabalhadores sintam-se na condição de devedores de favores aos empregadores. O autor afirma ainda que essa estrutura tirava a consciência de direitos destes trabalhadores como cidadãos, bem como, a esperança de se lutar por oportunidades melhores e pela independência política.

Deste modo, é perceptível que o conceito abordado por Leal (1997) ganhou um novo adjetivo com o avanço tecnológico, ressignificando a representação do conceito ao final do século XX. O adjetivo ‘eletrônico’ trouxe uma nova perspectiva de análise em torno do tema. A mídia brasileira começou a ser protagonista de diversos modelos de barganhas políticas e pode ser analisada por diversos pesquisadores que discutiram desde o conceito até a análise de indivíduos que foram beneficiados pela ação do poder público revertida em concessões de rádio e televisão para fazer o meio de campo entre o processo eleitoral (PIERANTI, 2008).

### 3 CAPÍTULO II. CORONELISMO ELETRÔNICO

Para entender o conceito de coronelismo eletrônico é importante lembrar como ocorreu a entrada dos meios de comunicação no Brasil. No final do século XIX, surgiram grandes jornais impressos como O Estado de São. Paulo e o Jornal do Brasil. No entanto, ainda que esses jornais tivessem um alcance nacional, o nível de difusão e absorção pela população não acontecia nesta mesma magnitude. Segundo Fernando Antônio Azevedo (2006), a era da comunicação em massa teve início efetivo somente com o surgimento do rádio e sua rápida polarização no início da década de 1920.

Apesar de o rádio ter impulsionado o início dessa nova era, o uso da comunicação em massa pelo mercado só se consolidou com a chegada da televisão, três décadas após a inserção do rádio no país. Nos anos seguintes, a partir de 1970, houve a criação de redes nacionais desses meios de comunicação, fortalecendo a indústria de massa no país. Nesse momento, a televisão passou a protagonizar o papel de entretenimento e informação (AZEVEDO, 2006).

A expansão dos meios de comunicação foi resultado das políticas adotadas durante o regime militar, após 1964. Nesse período houve uma priorização de investimentos em determinados setores da economia, baseado em um projeto de desenvolvimento econômico-político com viés nacionalista. Entre esses setores, foram priorizadas as telecomunicações. (SANTOS, 2005). O aumento de investimento foi acompanhado por uma política de concessão desses serviços para empresas privadas, o que reforçou a ascensão dos coronéis eletrônicos na política do Brasil.

Nesse sentido, os precursores do conceito de coronelismo eletrônico (CAPPARELLI, 2005; GARCIA, 2006; STADNIK, 1991; LIMA, 2005, 2007; LOPES, 2007; SANTOS, 2005), analisaram o campo midiático em atuação com o campo político. Um exemplo disso é apresentado por Paulo Emílio Matos Martins, Leandro Souza Moura e Takeyoshi Imasato (2011) no artigo *Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo*. Nele demonstra-se que a influência do setor midiático empresarial na política municipal reflete a interação entre os coronéis e caciques políticos consolidados nas mais distintas regiões do Brasil.

Para Santos (2005), o coronelismo eletrônico se baseia no compromisso recíproco entre poder nacional e poder local, configurando uma rede de influências entre o poder público e o poder privado dos chefes locais, proprietários de meios de comunicação". Para Garcia (2006), esse novo tipo de coronelismo vem imperando em

nosso país, com os grandes proprietários de empresas de comunicação apoiando candidatos específicos e divulgando, ostensivamente, sua candidatura dentro de seus veículos de comunicação.

### **3.1 Mídia como poder político**

Para relacionar os avanços tecnológicos à estrutura coronelista, é importante mencionar que a evolução do Estado e as alterações constitucionais realizadas a partir de 1946 não afastaram a incidência das características autoritárias do coronelismo no país. Explorando a tese de Leal (1997) e fazendo uma pequena análise ao longo dos anos, desde a publicação de sua obra clássica, identifica-se uma adaptação do coronelismo ao avanço tecnológico.

A pouca mudança na configuração política aliada ao novo cenário das comunicações fez com que os coronéis, que antes utilizavam suas propriedades rurais como ferramenta de controle, passassem a utilizar os meios de comunicação como extensões do seu poder. Segundo Santos (2007), a Rede Globo foi o principal e um dos primeiros grupos beneficiados pelas políticas do Regime Militar. Havia entre eles uma relação de parceria que trocava o massivo investimento do Estado em infraestrutura de telecomunicações pela difusão da mensagem do Regime (SANTOS, 2007).

Baseado nos estudos de Cunha (2009), a semelhança entre os governos de João Goulart e de Juscelino Kubitscheck, que pregaram um modelo nacional-desenvolvimentista com a condução do Brasil a partir do Regime Militar, fortalece a responsabilidade pela regulação e promoção do desenvolvimento por parte do Estado. Assim, o estado também fica responsável pela produção de mercadorias e serviços. O autoritarismo por trás desse modelo de desenvolvimentos e reformas formalizou o Estado burocrático autoritário, formado pela dominação política, ideológica e econômica (CUNHA, 2009, p. 64).

A dominação ideológica, materializada pelo domínio dos meios de comunicação, foi um instrumento capaz de mobilizar massas e organizar o capital político dos coronéis eletrônicos. A população se posicionava politicamente a partir da influência midiática, o que foi importante para a realização desse projeto. Cientes do potencial que a mídia possui como meio de influência, o Regime Militar logo pensou em uma maneira de controlar o mercado (CUNHA, 2009, p. 64).

Para um melhor entendimento da ideia trazida por Luis Felipe Miguel (2002) sobre a influência dos meios de comunicação no campo político, é necessário voltar no governo de Getúlio Vargas, um dos maiores responsáveis pelas negociações de concessões de meios de comunicação como barganha política.

Vargas fortaleceu o coronelismo eletrônico logo em seu primeiro mandato, ao monopolizar as informações e utilizá-las como ferramenta de propagação de notícias de seu governo, informando a população. As importantes alianças com diversas figuras do setor de telecomunicações acabaram dando início à concentração dos meios de transmissão de comunicação nos agentes políticos pertencentes ao seu reduto eleitoral à época (CALDAS; BEAKLINE, 1996).

Utilizando seu poder de chefe do Executivo, Vargas baixa um decreto que elimina de vez a concorrência estrangeira, restringindo a propriedade de empresas do mercado de radiodifusão à brasileiros. Essa medida facilita ainda mais a política de barganha que se fez presente no período em que ele presidiu o país, consolidando ainda mais as ideias de seu governo, bem como, a influência sobre seus correligionários que fecharam alianças nos estados e municípios.

### **3.2 Mídia privada como principal meio de informação**

Miguel (2002), ao discutir a função da mídia na responsabilidade com o conteúdo político a ser transmitido nos meios, coloca essa no papel de “deflagradora do espiral do cinismo”. Segundo ele, existe uma alteração no comportamento dos políticos causada pela leitura cínica da disputa eleitoral por parte da mídia. O argumento é sustentado pela cobertura midiática reduzida às estratégias de disputa pelo poder, inibindo o espaço para discussão de propostas importantes para a sociedade (MIGUEL, 2002).

O autor menciona, ainda, a impossibilidade de existir qualquer modelo de análise imparcial dos meios de comunicações ao fazerem o papel de transmissor do debate político à população. Diante disso, afirma que a possibilidade de mudança desse quadro será possível mediante pressão da sociedade, mais especificamente de grupos prejudicados pela forma com que os meios de comunicação são geridos (MIGUEL, 2002). No caso da emissora analisada por Santos (2006), fica nítido o interesse do veículo em apoiar um regime em troca de concessões para manutenção de poder.

Giovanni Sartori, ao publicar seu livro *Homo Videns* (1989), identifica o manejo da opinião pública pelos governos como o causador da redução do nível de

racionalidade. Segundo ele, as decisões políticas e administrativas, ao ganharem um planejamento, passam a ser controladas pela mídia eletrônica, causando certa nocividade na influência do povo. A não importância dada para os métodos de utilização dos meios de comunicação eletrônicos, ou aos interesses que os dirigem, tenciona o nível de racionalidade dos governos, que se apoiam nesse novo mecanismo de controle da opinião pública (SARTORI, 1989).

A ideia de imparcialidade reflete diretamente na ascensão do coronelismo. Isso se explica pela lógica de que a boa relação dos veículos de comunicações com os governos gera um ciclo de trocas que inviabiliza o desprendimento da classe trabalhadora das ideias dos coronéis. Exemplificando a ideia, é possível observar, a partir da alienação da mídia, que o processo de mudança será prolongado, visto que Leal trouxe em um dos aspectos coronelistas a carência de investimentos em educação, saúde e informação. Isso tudo refletindo de maneira significativa no prolongamento do processo.

Desse modo, o crescimento dos municípios, a inserção tecnológica e o aprimoramento da relação entre os coronéis e demais agentes políticos a nível estadual e federal, tiveram relação direta com as mudanças na lógica de barganha de alguns entes federativos. Segundo Miguel (2002), “[...] a influência mais evidente dos meios de comunicação sobre o campo político está na formação do capital político”. Além disso, o crescimento e expansão tecnológica também tiveram papel central na construção desses capitais nas diversas regiões do país.

### **3.3 Adversidades que podem inviabilizar mudanças no cenário**

Dessa forma, a reinvenção do coronelismo desde o conceito trazido por Leal reflete a perpetuação dessa lógica que estabelece uma relação de controle social em diversos municípios espalhados pelo Brasil. O que pode se observar a partir da leitura de Victor Nunes é o fortalecimento massivo do autoritarismo, alimentado pela carência de informação das populações habitantes de municípios que, de alguma maneira, ainda convivem com traços consolidados por enclaves autoritários fortalecidos pela lógica coronelista. Apesar de os mecanismos de dominação das populações com dificuldades de acesso à informação terem mudado em médios e grandes municípios, os pequenos ainda trazem herança significativa do que Leal (1997) retrata em seu livro após a revolução de 1930.

Um dos pontos importantes a serem analisados é o marco temporal destas publicações que refletem a lógica coronelista desde Victor Nunes Leal. A grande maioria dos autores analisa com uma vivência a partir do início da década de 1990, em que o Brasil vivia um momento de renovação das instituições, após um longo período de regime autoritário. A análise a partir da nova Constituição Federal (1988), trouxe novas perspectivas para analisar a estrutura dos coronéis que, de certo modo, como apresentou Célia Stadnik (1991), ganhou novos instrumentos que envolveram avanços tecnológicos, a mídia e a relação com o parlamento.

Quando a temática envolve conflito de interesses, Miguel (2002) afirma que a imparcialidade dos meios de comunicação não se sustenta nem no campo das ideias, como é o caso da interlocução de um debate político. O autor coloca a pressão da sociedade como vetor de mudança, extinguindo a ideia de que a sociedade deva cair em um conformismo, visto que a mídia seleciona os segmentos sociais os quais defenderá em determinadas partes do tempo. Desse modo, a mal reprodução da diversidade social por parte dos meios de comunicação afeta o bom andamento da sociedade democrática.

Neste sentido, após relacionar autores que trataram da temática que de Leal, em 1949 ao início da década de 1990, é possível identificar que não há a extinção da prática coronelista, mas sim a reinvenção de algumas práticas e a manutenção das mesmas em outros contextos, dado a diversidade do Brasil e o seu vasto território (STADNIK, 1991).

Algumas famílias renomadas no setor de telecomunicações, como bem exemplifica Júlia Caldas e Bruno (2016), firmaram estreitas relações ao longo dos anos com os distintos governos que comandaram o cenário político à época. Essas relações se estreitaram graças à abertura que os governos foram dando à influência do campo midiático na forma de fazer política. O caso do Ex-Presidente e Senador Fernando Collor de Mello, em que sua família comanda há anos meios de comunicação em Alagoas, refletiu diretamente na atuação positiva e até mesmo negativa do agente político em suas distintas campanhas políticas (CALDAS; BEAKLINE, 2016).

O evidente uso político desses meios fortalece as chamadas oligarquias políticas da comunicação. O texto constitucional, em seu art. 220, veda quaisquer criações de monopólios ou oligopólios em torno dos meios de comunicações, bem como o exercício de função ou ocupação de cargos em empresas áreas por parlamentares. Contudo, a letra da lei acaba sendo esquecida quando tratamos de personalidades políticas que se perpetuam no poder. Leal (1997) já classificava o coronelismo pela relação entre o poder



privado e o poder público, que se fortalecia através dos mecanismos de barganha criados, o que reafirma a existência do coronelismo eletrônico aos dias de hoje.

Desse modo, Sartori (1989) se inclina a esboçar sua ideia em torno da redução da participação política, visto que uma reforma no *modus operandi* das comunicações é inviável. Ao coibir a influência popular sobre decisões políticas, o autor acredita que é possível diminuir o papel avassalador de controle midiático nas mãos dos coronéis eletrônicos. Ao fazer isso, estes coronéis não serão eleitos com base na incompetência das massas, dando importância para a seletividade na escolha eleitoral, reduzindo o modelo democrático ao simples ato de escolher governantes mais capacitados para assumir cargos eletivos (SARTORI, 1989).

#### **4 CAPÍTULO III. MATRIZES DO CORONELISMO ELETRÔNICO NO ESPECTRO ELEITORAL**

As duas últimas eleições federais (2014 e 2018) trouxeram consigo uma continuidade de agentes políticos, detentores de concessões, que garantiram sua permanência no poder, seja a nível municipal, estadual ou federal. Famílias como a Barbalho no Pará, a Sarney no Maranhão e a Calheiros em Alagoas, possuem mandatos nos diversos níveis da administração pública e do parlamento, sendo a influência do acesso facilitado aos veículos de comunicações em seus redutos eleitorais um fator que pode facilitar a dinamização da estrutura desses mandatos na política brasileira.

Em 13 de dezembro de 2014, a Folha de São Paulo publicou reportagem<sup>3</sup> falando sobre os principais caciques políticos que detinham concessões e foram eleitos para 55º legislatura. Dentre eles destacam-se Sarney Filho (PV/MA), Deputado Federal desde 1983, Senador Tasso Jereissati (PSDB/MG) e o ex-Presidente e Senador da República Fernando Collor de Melo (PROS/AL).

A Folha de São Paulo (2014) apurou ainda que “ao menos 55 concessões pelo país pertencem a políticos que vão tomar posse em 2015. Juntas, as rádios e televisões somam patrimônio de 8,3 milhões”, capital midiático e financeiro crucial para manutenção e crescimento da formação do capital político desses parlamentares que se perpetuam no poder. A lista se estende a governadores como Robinson Faria (PSD/RN).

---

<sup>3</sup> Reportagem da Folha de São Paulo com o seguinte título: “Congressistas Eleitos Têm 55 Concessões”. para acessar a íntegra da reportagem, [clique aqui](#).

Detentor de rádio no interior de seu estado, sua posse exemplifica a influência do setor midiático, tanto no poder legislativo quanto no executivo.

É certo que a lei proíbe esse tipo de envolvimento, o próprio artigo 54 da Constituição Federal coíbe deputados e senadores a firmar ou manter contrato com empresa concessionária de serviço público, mas, na prática, essas ações de vantagens no período eleitoral são contornadas por meio da desassociação, sem deixar de manter contato ou da nomeação de pessoas próximas para assumirem cargos em veículos de comunicações nos quais os parlamentares possuem sociedades.

Isso fortalece a influência exercida na política de barganha entre autoridades envolvidas no processo de concessões de rádio e televisão. Diante disso, o Ministério Público, aliado à sociedade organizada, possui um papel muito importante no controle de inconstitucionalidade desses atos políticos. Tal lógica se desenvolve junto ao Supremo Tribunal Federal, visto que os parlamentares possuem imunidade parlamentar e foro privilegiado, o que mantém as ações contrárias às ações desses sejam encaminhadas ao STF.

Em outubro de 2016, dois meses após o então Presidente Michel Temer assumir seu mandato, foi enviado ao Congresso a Medida Provisória 747, de 2016<sup>4</sup>, que alterava os prazos e os procedimentos relativos aos pedidos de renovação de concessão e permissão dos serviços de radiodifusão. Ao passar pela Comissão Mista dessa MP, os parlamentares aprovaram a exclusão da proibição de parlamentares assumirem cargos em Rádios e TV, em uma tentativa de diminuir a interferência jurídica nos negócios desses. Ao voltar para o Executivo para sanção, o Presidente decidiu vetar a parte do texto, fazendo valer a proibição prevista na Constituição Federal.

Um levantamento acadêmico consagrando a ligação entre políticos e o mercado de radiodifusão foi constatado por Motter (1994). Os dados apresentados pelo autor mostraram que 29 dos 81 senadores da época apresentavam ligação a meios de comunicações. O autor concluiu que os estudos apontam o poder de dominação que a posse de emissoras pode reverberar na influência política dos coronéis eletrônicos. A facilidade de concentração de meios de comunicação em detrimento do predomínio das redes nacionais e comerciais de televisão é um dos principais aspectos que fortalecem a perpetuação dos agentes políticos no poder (MOTTER, 1994).

---

<sup>4</sup> Página da tramitação da [Medida Provisória nº 747/2016](#) no Congresso Nacional.

Outro fator apresentado por Motter (1994) é o próprio crescimento dos coronéis eletrônicos enquanto grupo político em diversas regiões. A proximidade de parlamentares com grandes empresários da mídia pode potencializar o crescimento do capital político e midiático dos coronéis. Mesmo não havendo impedimento legal para a existência de um contato estreito, a proximidade entre esses agentes influencia diretamente nos processos decisórios, bem como, no clima de eleição nas regiões. Esse efeito cria uma desordem entre o público e privado, como bem conceitua Leal (1997) em sua obra clássica.

Em reportagem publicada pelo Congresso em Foco, em 31 de janeiro de 2019<sup>5</sup>, a regularidade dos parlamentares eleitos e a relação com concessões se repete. Mesmo com uma leve queda do número de parlamentares detentores de concessões de acordo com as duas reportagens, alguns caciques não deixaram de fazer parte da vida parlamentar. Comparando as duas reportagens (Folha de São Paulo e Congresso em Foco) é possível, a partir da recorrência de aparição dos nomes das autoridades nas duas reportagens, listar que as grandes famílias da política brasileira, em especial no Norte e Nordeste, estão se perpetuando em seus mandatos sem abrir mão de sua participação em veículos de rádio e TV em seus estados.

A Tabela I foi colocada com objetivo de apresentar os nomes dos parlamentares que apareceram intitulados como coronéis eletrônicos. Alguns estarão com seus nomes nas duas reportagens, outros apareceram como deputados em uma e senadores em outra, ou o contrário, devido à conjuntura política particular de cada parlamentar de uma eleição para outra. Esse efeito de optar por novos mandatos alternando entre as câmaras altas e baixas mostra o poder de influência desses nas duas casas legislativas (Senado e Câmara) e seus capitais políticos em cada disputa eleitoral.

**Tabela I – Parlamentares Citados nas Reportagens (2014; 2019) com Mandatos no Congresso**

---

**Deputados**

Elcione Barbalho (MDB/PA)	Júlio César (PSD/PI)
Gonzaga Patriota (PSB/PE)	Fábio Faria (PSD/RN)
Aécio Neves (PSDB/MG)	David Soares (DEM/SP)
Ricardo Barros (PP/PR)	Leur Lomanto Jr. (DEM/BA)
Sarney Filho (PV/MA)	Magda Mofatto (PR/GO)

---

<sup>5</sup> Reportagem com seguinte título “Donos de rádio e TV formarão bancada de pelo menos 26 parlamentares no novo Congresso”. Para acessar a íntegra, [clique aqui](#).

---

Celso Russomano (PRB/SP)	Efraim Filho (DEM/PB)
Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)	Átila Lira (PSB/PL)
Arolde de Oliveira (PSD/RJ)	Baleira Rossi (MDB/SP)
José Rocha (PR/BA)	Félix Mendonça (PDT/BA)
Domingos Neto (PSD/CE)	João Maia (PR/RN)
Rodrigo de Castro (PSDB/MG)	João Marcelo (MDB/MA)
Dr. Damião (PDT/PB)	Rubens Bueno (PPS/PR)

### **Senadores**

Fernando Collor (PROS/AL)	Arolde de Oliveira (PSD/RJ)
Tasso Jereissati (PSDB/CE)	Jorginho de Mello (PR/SC)
Jader Barbalho (MDB/PA)	Roberto Rocha (PSDB/MA)

---

**Fonte:** Folha de São Paulo e Congresso em Foco (2014; 2019)

Dentre os parlamentares exemplificados na tabela, existem dois casos interessantes de análise. O primeiro é o da família Barbalho, no norte do país, que elegeu nas eleições de 2018 o então Deputado, e agora Senador, Jader Barbalho e reelegeu a Deputada Federal Elcione Barbalho (MDB-PA). A família não ficou de fora da disputa dentro do Estado, fazendo de Helder Barbalho (MDB), filho de Jader e Elcione, governador do Pará eleito em 2018. A influência midiática da família no estado vai de uma rede de comunicação que inclui concessões de rádio e televisão, a domínio de jornais diários e produtoras de conteúdo. Dentre o patrimônio da família constam a RBA Rede Brasil Amazônia de Televisão, a afiliada da Bandeirantes no Pará, Rádio Carajás e a Rádio Clube do Pará.

O segundo caso é o do Senador Fernando Collor de Melo (PROS/AL), ex-Presidente do Brasil e Senador da República pelo Estado de Alagoas, é responsável pela afiliada da Globo em Alagoas, Rádio Gazeta e Rádio Clube no estado, segundo levantamento apresentado na reportagem da Folha de São Paulo. Ao identificar uma das formas de manifestação do coronelismo eletrônico, por meio de uma análise de conteúdo, referente à atividade parlamentar no Senado Federal, Albuquerque (2017) observa a frequência e descreve o enquadramento das notícias relacionadas ao Senador Fernando Collor, um dos sócios do grupo de comunicação. Em seu levantamento, é perceptível a influência midiática do Senador para a comunicação direta com a sociedade, reafirmando ao seu eleitorado toda a sua mobilização no Senado Federal para atrair capital político.

A autora analisa o comportamento da Rádio Gazeta, em Alagoas. Em suas considerações, o fato de a rádio publicar discursos políticos do Senador e sócio na

íntegra em seus programas, bem como convidá-lo para comentar conjunturas específicas da região, claramente podem ser identificados como uma relação de privilégio com intenção de atingir a população que consome os conteúdos trazidos pela rádio (ALBUQUERQUE, 2017). Isso se caracteriza fortemente como uma influência evidente dos meios de comunicação na formação do capital político, como menciona Miguel (2002).

Em 2015, foi aberta a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 379/2015<sup>6</sup>, como mostra a reportagem do Congresso em Foco publicada em 2019. O objetivo dessa medida era evitar a lesão a preceitos constitucionais fundamentais causada por atos do Poder Público, no intuito de coibir a participação de políticos com mandatos vigentes como sócios ou associados de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão.

Em São Paulo a ação surtiu efeito em alguns mandatos, como elucida a reportagem, mostrando que a ação impetrada a partir de representações públicas propostas por organizações sociais ao MPF trouxe efeitos positivos. Em alguns estados existiram movimentos semelhantes que promoveram ações civis públicas na expectativa de obterem o cancelamento das concessões de políticos eleitos. Algumas com êxito, promovendo em primeira instância o cancelamento das concessões. Em outros casos o político foi obrigado a deixar o quadro de associado das empresas.

## 5 CONCLUSÃO

A relação de poder entre um indivíduo que possui recursos limitados, a comunidade dependente desses meios e o governo que referenda a manutenção desses indivíduos, dá legitimidade para a manutenção do conceito de coronelismo trabalhado por Victor Nunes Leal. Ao aprofundar o conceito por meio dos aspectos políticos, econômicos e sociais, fica evidente como a forma de controlar a sociedade valendo-se das fragilidades de um sistema que dificulta a evolução dos indivíduos é marcante para a manutenção de capital políticos dos coronéis, que atuam em conjunto com o aparato do Estado.

Os principais pontos trazidos por Leal (1997), como pobreza, analfabetismo e dependência, foram trabalhados nos três aspectos do primeiro capítulo, ratificando a

---

<sup>6</sup> ADPF 319, de 2015. Para acessar a íntegra da ação, [clique aqui](#).

mobilização do sistema político utilizando a carência da população. Desse modo, a relação de compromisso e de barganha entre o poder público, que se fortaleceu de maneira gradativa, e a baixa influência social dos patriarcas regionais, reflete significativamente na expansão dos coronéis, como trazido pelo autor. Diante disso, a compreensão do fenômeno sempre estará atrelada à nossa estrutura agrária, que representou a lógica relacional entre o poder público e o privado de maneira excessiva nas diversas regiões do país.

O que fica implícito nessa maneira de perpetuação do poderio dos grandes proprietários de terras ou até mesmo dos coronéis eletrônicos, cada um a seu tempo, é o uso da alienação política, provocada pelo baixo investimento do Estado em educação de qualidade, cultura, e saúde pública digna, utilizada como moeda de troca para o ganho do voto. No caso dos coronéis eletrônicos, o uso das concessões de rádio e TV, tratadas no segundo e terceiro capítulo, reflete nitidamente como os meios de comunicações são ferramentas poderosas, que ganharam ainda mais força com o crescimento dos centros urbanos e a migração dos trabalhadores do campo para a cidade, fazendo um movimento de inversão da lógica, mas não o objetivo.

É o que mostra o conceito trabalhado por Suzi dos Santos (2005) e outros autores abordados na discussão. O coronelismo eletrônico desfruta desses mesmos argumentos para manutenção de sua influência, a diferença é o período em que cada ideia foi trabalhada. O coronelismo eletrônico surgiu, dentre outros fatores, pelas brechas estabelecidas no governo militar, por meio da legislação. A intenção de demonstrar, por meio dos veículos de comunicação, a história que deveria ser contada, de maneira ideologicamente alinhada com o governo à época, contribuiu para a manutenção do ciclo vicioso abordado no conceito.

A sustentação desse modelo eletrônico é fortalecida justamente pela modernização do país. Se antes o acesso à tecnologia era precário, com a virada do século a disseminação de energia elétrica por todo o país acelerou ainda mais o contato de toda a população aos mais distintos meios de comunicação, enfatizando assim o crescimento destes. Nesse mar de tecnologia e acesso graças à chegada da rede elétrica em locais isolados, a desconcentração de pessoas no meio rural, o analfabetismo ou semianalfabetismo e a expansão tecnológica foram fundamentais para expansão dos coronéis nos espaços de poder.

A moeda de troca do “coronelismo evoluído” continua sendo o voto, como no antigo coronelismo. O que muda é a base de concentração do capital político, antes

focada na posse de terra, e agora no controle informacional, que influi na formação da opinião política dos cidadãos (opinião essa que se baseia na forte influência midiática exercida por programas de televisão ou pela transmissão de rádio que alcança ainda mais determinadas partes do país).

Desse modo, a discussão trazida no debate desta monografia nos leva a perceber a transição conceitual do coronelismo ao enquadramento do avanço tecnológico e a interferência da mídia no processo político. Santos (2005), ao definir o conceito, afirma que o interesse público deveria ser prioridade nas decisões tomadas na escolha dos concessionários de rádio e TV. Segundo ela, a não priorização é fomentada pela relação de clientelismo político entre os representantes do Poder Público e os donos de veículos de comunicação, gerando um problema de representação causado pela criação de capital político influenciado pelo poder midiático dos meios de comunicação.

Miguel (2002), em uma análise mais pragmática das relações do poder público e agentes privados, desconsidera a ausência de viés na maneira com que os meios de comunicações passarão as informações aos consumidores das informações publicizadas. A narrativa proposta pelo autor nos leva a entender que onde existir relação público-privada na comunicação, existirá um viés que contribuirá com as perspectivas informacionais do governo. Este viés contribuiria com a manutenção e construção do capital político dos agentes políticos envolvidos no ambiente de decisão, para existir como moeda de troca o apoio na renovação da concessão.

Diante disso, a continuidade prática do coronelismo eletrônico fica dependente da existência de lacunas nas normas estabelecidas pelo Estado para facilitar a transição desses detentores de concessões no espaço político institucionalizado. Essa argumentação pode ser embasada na tentativa, por parte do legislativo, de incluir no texto da Medida Provisória do Michel Temer a retirada da proibição de agentes públicos de participarem de cargos em empresas de radiodifusão, mecanismo legalmente aplicado pelos parlamentares no exercício de seus mandatos.

Sendo coronelismo clássico, ou coronelismo eletrônico, o que fica evidente em toda essa pesquisa é que se mudam os meios de operar, mas a lógica continua sendo a mesma. O papel dessas elites em manterem suas concessões de rádio e TV e ao mesmo tempo mantendo seus mandatos é a grande reafirmação do trabalho, mostrando que a elite está sempre preocupada em como manipular os meios para perpetuação do poder, a base de capital político construído com alienação da população.

O ponto trazido por Miguel (2002) traduz o objetivo central do trabalho. A lógica de barganha eleitoral alterada para formação de capital político parece não traduzir o real papel do Estado. É preciso existir uma incumbência que ultrapasse a de garantir as concessões. Seja no fortalecimento das agências reguladoras, dando condições e proteção necessária para execução do trabalho para que elas não sofram quaisquer tipos de interferência política direta de quem estiver governando, seja na revisão dos atos normativos que ajudem esse controle de fiscalização.

Por fim, a evolução tecnológica usada como mecanismo de controle dos coronéis eletrônicos pode ser empregada, após a facilidade do acesso pela sociedade, para fins de contribuir na condição de agentes fiscalizadores em conjunto com o Estado. O poder da internet e a evolução do acesso a ela no século XXI pode ser utilizado em favor da sociedade nessa fiscalização, diminuindo assim o crescimento do poderio desses coronéis eletrônicos. Com a facilidade na vigilância e, se preciso, na denúncia das tentativas de manipulação da informação e do mau uso dos meios de radiodifusão concedidos pelo Estado, a sociedade poderá contribuir ativamente para que as concessões estejam sempre trabalhando à serviço dos cidadãos.



## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. Antônio. Mídia e democracia no Brasil: Relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12 n. 1, p. 88-113, 2006. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762006000100004&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 31 ago. 20.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 nov. 2019.

CALDAS, Graça. O Latifúndio do Ar - Mídia e Poder na Nova República. *In*: **CONGRESSO DA INTERCOM**, 19., 1996, Londrina.

CARVALHO, José Murilo. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 40 n. 2, 1997. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52581997000200003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003). Acesso em: 31 ago. 20.

CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Efetividade deliberativa: estudo comparado de Conselhos Municipais de Assistência Social (1997/2006)**. 2009. Tese (Doutorado em Ciência Política), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

DANTAS, Ibarê. **Coronelismo e dominação**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC/Programa Editorial, 1987.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 32. ed. 2005.

GARCIA, Maria Tereza. **Do coronelismo de enxada ao coronelismo das câmeras e microfones: a influência do voto nas mãos dos latifundiários e empresários**. Mercado de Idéias, fev. 2006.

HERS, Célia Stadnik. **A hipótese do fenômeno do coronelismo eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil**. 1991. Monografia (Graduação) - Faculdade dos Meios de Comunicação Social da PUC/RS, Porto Alegre, 1991. Disponível em: <http://www.danielherz.com.br/system/files/acervo/FNDC/Hipotese+do+Fenomeno+do+Coronelismo+Eletronico.pdf>. Acesso em: 30 ago. 20.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Ana Carolina. Acumulação de capital, mobilização regional do trabalho e coronelismo no Brasil. **Revista Colombiana De Geografia**, Bogotá, v. 23, n. 1, p. 75-92, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-215X2014000100007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S0121-215X2014000100007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 31 ago. 20.

LIMA, Venício A. de. As “brechas” legais do coronelismo eletrônico. **Aurora**, São Paulo, n. 1, p. 113-126, 2007.

LIMA, Venício A. de. Concessões de rádio e tv: as bases do coronelismo eletrônico. **Último segundo**, 2005. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/as-bases-do-novo-coronelismo-eletronico/>. Acesso em: 30 ago. 20.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. Rádios comunitárias: coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). **Observatório da Imprensa**, ed. 439, 2007. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/o-coronelismo-eletronico-de-novo-tipo-19992004/>. Acesso em: 30 ago. 20.

MARTINS, Luciano. “A revolução de 1930 e seu significado político”. In: **A Revolução de 30**: seminário realizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 670-689 (Coleção Temas Brasileiros, 54). Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/148.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/148.pdf). Acesso em 30 ago. 20.

MIGUEL, Luis Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0102-64452002000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-64452002000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 31 ago. 20.

MOTTER, Paulino. O uso político das concessões das emissoras de rádio e televisão no governo Sarney. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 89-116, 1994.

PIERANTI, Octavio. “A Radiodifusão e os Coronéis da Mídia: uma Discussão Conceitual Acerca do “Coronelismo Eletrônico”. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.128-145, 2008. Disponível em: [https://revistas.ufrj.br/index.php/eco\\_pos/article/view/1005](https://revistas.ufrj.br/index.php/eco_pos/article/view/1005). Acesso em: 31 ago. 20.

SANTOS, Suzy; CAPPARELLI, Sérgio. Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2005, v.1, p. 77-101. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/legislacao/10.%20Coronelismo,%20Radiodifus%C3%A3o%20e%20Voto%20a%20nova%20face%20de%20um%20velho%20conceito.pdf> . Acesso em: 30 ago. 20.

SARTORI, Giovanni. Videopolitica. **Rivista Italiana di Scienza Politica**, Roma, vol. 19 nº 2, p. 185-98, 1989.

MENDONÇA, Fabíola; REBOUÇAS, Edgard. Oligarquia, coronelismo e coronelismo eletrônico: A radiodifusão como arma para manutenção e ampliação do poder. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.